

## Angola

Em 2013, foram moderados os progressos de Angola no sentido de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O Governo aprovou uma nova lei sobre o tráfico de seres humanos (TSH) que prevê a protecção de todas as crianças contra a exploração sexual comercial e contra a sua utilização em actividades ilícitas, para além de ter emendado o código penal de forma a criminalizar os delitos de TSH. Ademais, o governo levou também a cabo a primeira investigação de um caso de tráfico infantil em 4 anos e continuou a participar em diversos programas para a protecção infantil. Contudo, em Angola, o trabalho infantil no sector agrícola e mineiro continua a ser uma realidade. Falta ao país especificar uma idade até à qual o ensino seja obrigatório, o que torna as crianças menores de 14 anos vulneráveis às piores formas de trabalho infantil, uma vez que estas não são obrigadas a permanecer na escola e estão abaixo da idade mínima legal para o trabalho. Angola carece também de um mecanismo para coordenar os esforços para combater o trabalho infantil, além de serem poucas as informações públicas disponíveis sobre as suas iniciativas voltadas à aplicação da lei sobre o trabalho infantil.

Com base neste relatório, são identificadas e sugeridas iniciativas passíveis de promover a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Angola:

Área	Iniciativa Sugerida	Ano(s) sugerido
Leis	Ratificar o Protocolo de Palermo relativo ao Tráfico de Seres Humanos.	2013
	Garantir que o quadro jurídico proíba cabalmente o trabalho perigoso para as crianças.	2011 - 2013
	Considerar a inclusão do trabalho perigoso em todos os tipos de exploração mineira e nas ruas como trabalho perigoso proibido para as crianças.	2011 - 2013
	Considerar a autorização para extraditar cidadãos angolanos envolvidos em casos de tráfico internacional de crianças.	2009 - 2013
	Instituir o ensino obrigatório até aos 14 anos de idade	2009 - 2013
Apliação	Disponibilizar publicamente informações sobre a forma como se conduzem as inspecções laborais, o número de inspecções efectuadas e as penalidades resultantes, nomeadamente por infracções relativas ao trabalho infantil.	2011 - 2013

Área	Iniciativa Sugerida	Ano(s) sugerido
	Disponibilizar publicamente informações sobre as actividades das Varas de Menores para fazer valer a legislação de protecção à criança, nomeadamente no tocante ao trabalho infantil e à prostituição infantil.	2011 – 2013
	Tornar publicamente disponíveis as informações sobre a formação de agentes de fiscalização sobre questões de tráfico de crianças, e o número de investigações e processos judiciais envolvendo tráfico de crianças.	2011 – 2013
	Zelar para que os órgãos governamentais competentes investiguem as queixas relacionadas com o trabalho infantil.	2010 – 2013
	Reforçar o sistema de inspecção laboral, nomeadamente estipulando remuneração adequada para o pessoal de inspecção.	2009 – 2013
Coordenação	Divulgar integralmente o processo de selecção de representantes da sociedade civil na CNAC.	2012 – 2013
Políticas do governo	Usar os resultados do inquérito nacional de bem-estar de 2008-2009 para considerar o foco de políticas e programas sociais existentes para as crianças que trabalham.	2009 – 2013
	Avaliar o impacto que estes programas existentes poderão ter no trabalho infantil.	2011 – 2013
	Realizar investigação sobre as piores formas de trabalho infantil.	2010 – 2013
	Acelerar os processos de registo de nascimento e de identificação para promover as matrículas escolares e prestar serviços sociais a crianças vulneráveis.	2010 – 2013
	Prover mais professores, escolas e financiamento para o ensino.	2013
Programas Sociais	Fornecer verbas adequadas para a implementação dos Onze Compromissos para as Crianças Angolanas e da monitorização do Sistema de Indicadores da Criança Angolana.	2010 – 2013
	Elaborar e implementar programas que visem crianças ocupadas na agricultura, trabalho de rua, serviços domésticos, extracção mineira e trabalho forçado e tráfico nestas actividades.	2010 – 2013
	Avaliar o impacto que estes programas existentes poderão ter no trabalho infantil.	2011 – 2013